



184  
70

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278603-8  
APELANTE: Município de Poção  
APELADA: Leide de Souza Peixe  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS PELO NÃO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS. INCORRÊNCIA DE DANO MORAL. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. RECURSO ADESIVO IMPROVIDO. 1. O Juízo de 1º grau condenou o Município ao pagamento da remuneração relativa ao mês de dezembro de 2008 e à indenização a título de danos morais. 2. Não se vislumbra a ocorrência de dano moral no caso. 3. Com efeito, o só fato de não ter ocorrido o pagamento, a tempo e modo, de valores salariais pela municipalidade, não configura a ocorrência de dano moral. 4. Trata-se de violação de dever obrigacional, a ensejar mora, mas não abalo à imagem pública ou à consideração social do servidor, mormente quando o inadimplemento aparenta ter sido amplo, abrangendo inúmeros servidores. 5. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário e improvido o recurso adesivo, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau para excluir da condenação a indenização deferida a título de danos morais, mantendo-se, dessarte, a condenação do Município ao pagamento do salário em atraso. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0278603-8, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário e em negar provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278603-8**  
**APELANTE:** Município de Poção  
**APELADA:** Leide de Souza Peixe  
**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Cuida-se de **apelação cível** de sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara Privativa da Vara Única da Comarca de Poção, nos autos da Ação de Cobrança c/c Indenização por Danos Morais NPU 0000063-06.2010.8.17.1140, que julgou procedentes os pedidos da autora, nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **resolvo** o mérito do presente feito e acolho os pedidos formulados pela parte autora, condenando o Município de Poção ao pagamento das seguintes verbas indenizatórias:

- a) pagamento por danos materiais o valor de R\$ 381,80 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos), que consubstancia a remuneração não paga à autora em face dos serviços prestados ao Município de Poção no mês de dezembro de 2008, observando que o valor principal há de ser acrescido de correção monetária e juros de mora de 6% (seis por cento), ambos contados do inadimplemento da obrigação (31/12/2008).
- b) Pagamento por danos morais, que ora arbitro em R\$ 3.000,00 (três mil reais), com a observância de que o valor deve receber correção monetária, a partir da data desta sentença (súmula nº 362 do STJ), e juros de mora, estes na ordem de 6% (seis por cento), ao ano e a partir da ocorrência do evento danoso (31/12/2008), nos termos da súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça.

Custas pelo Estado.

Ao final, condeno o Município ainda, ante o princípio da sucumbência, ao pagamento pelos honorários do advogado da parte autora, que ora fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na forma do artigo 20, §5º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Com o trânsito em julgado, archive-se sem prejuízo da execução do presente julgado mediante ação autônoma, em conformidade com o disposto nos artigos 730 e seguintes do Código de Processo Civil.”

Na petição inicial, a autora, contratada temporariamente pelo Município para exercer a função de Professora no Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos, pleiteia o pagamento do salário correspondente ao mês de dezembro de 2008 e danos morais pelo constrangimento e humilhação sofridos, visto que estaria a sofrer perseguição política.

Em sede de recurso de apelação, às fls. 118/126, o Município de Poção argüiu, em síntese: (i) a impossibilidade de condenação em danos morais, uma vez que o simples fato da autora ter sido informada pela Prefeitura da impossibilidade de pagamento imediato não gera dano moral passível de indenização.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

A autora apresentou recurso adesivo às fls. 132/136, requerendo o provimento do recurso, a fim de que o valor a título de condenação por danos morais seja elevado para R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Contrarrazões da apelada às fls. 136/140, pugnando pelo não conhecimento da apelação interposta pelo Município de Poção ou pela improcedência do referido recurso.

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito (fls. 176/177).

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 16 de abril de 2013.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



185  
7/10

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278603-8  
APELANTE: Município de Poção  
APELADA: Leide de Souza Peixe  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, trata-se de Ação Ordinária pleiteando o pagamento de salário atrasado e dano moral (cf. fl. 06).

À vista dos documentos acostados aos autos – ficha funcional e contracheques (fls. 16/22) –, verifico estar suficientemente comprovado, pela autora, o vínculo decorrente de **contrato administrativo de trabalho temporário por excepcional interesse público**, no período de 21/09/2006 a 31/12/2008.

Como visto, a ação busca o pagamento de remuneração do mês de dezembro de 2008, além de uma indenização, a título de danos morais.

No mérito, anoto que, em razão da interposição do apelo e do recurso adesivo em tela, a matéria devolvida à apreciação desta Corte cinge-se unicamente à análise da condenação por danos morais.

Pois bem.

Em sede de reexame necessário, penso que a sentença comporta reparo no que pertine à aludida condenação em danos morais.

Isso porque não vislumbro a ocorrência de dano moral no caso.

Com efeito, o só fato de não ter ocorrido o pagamento, a tempo e modo, de valores salariais pela municipalidade, não configura a ocorrência de dano moral.

Trata-se de violação de dever obrigacional, a ensejar mora, mas não abalo à imagem pública ou à consideração social do servidor, mormente quando o inadimplemento aparenta ter sido amplo, abrangendo inúmeros servidores.

Ante o exposto, **dou provimento parcial** ao **reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, e **nego provimento** ao **recurso adesivo** interposto pela parte autora, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau para excluir da condenação a indenização deferida a título de danos morais, mantendo-se, dessarte, a condenação do Município ao pagamento do salário em atraso.

Recife <sup>75</sup> de <sup>2013</sup> de 2013.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator